

# ATUALIDADE ECONÔMICA

UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA  
CENTRO SÓCIO-ECONÔMICO  
DEPARTAMENTO DE CIÊNCIAS ECONÔMICAS

Ano 13

Nº 40

Julho/Dezembro 2001

---

---

## CONTEÚDO

**As Alternativas de Suprimento de Madeira em uma Empresa  
Produtora de Papel Celulose de Santa Catarina.**

*Débora Nayar Holf e Luiz Carlos de Carvalho Júnior*

1

**Mercado Brasileiro de Maçã e Características da Produção  
no Estado de Santa Catarina**

*Flávio José Simioni e Laércio Barbosa Pereira*

5

**A Relocalização Geográfica da Produção de Leite no Brasil  
e no Estado de Santa Catarina.**

*Oswaldo Vieira dos Santos, Laércio Barbosa Pereira e Lauro Mattei*

9

# **As Alternativas de Suprimento de Madeira em uma Empresa Produtora de Papel e Celulose de Santa Catarina**

*Débora Nayar Hoff\**  
*Luiz Carlos de Carvalho Júnior\*\**

## **INTRODUÇÃO**

Nos dias atuais, um processo que tem sido observado com frequência envolve a desverticalização de atividades realizadas pelas grandes empresas, o que vai em sentido contrário ao que era verificado até os anos 80. Esta mudança de comportamento está relacionado com as alterações ocorridas na demanda que passa a ser segmentada e volátil, fato este que obriga as empresas a serem flexíveis para responderem com agilidade aos novos gostos dos seus clientes. A organização da empresa de forma integrada verticalmente com a produção de muitos dos seus insumos dificultava o alcance da necessária flexibilidade, em decorrência de rigidez dos ativos possuídos. Além disto, a globalização dos mercados ao acirrar a concorrência, induziu as empresas a priorizarem a realização de investimentos no desenvolvimento das suas competências essenciais.

Porém, em alguns setores, a produção da matéria-prima internamente continuou a vigorar. Um setor onde tal comportamento perdura é o de produção de papel e celulose. O objetivo deste artigo é focar uma importante empresa do setor, a CELUCAT, mais especificamente a sua unidade localizada no município de Correia Pinto, e analisar o seu comportamento no que se refere à obtenção da sua principal matéria-prima, a madeira.

A CELUCAT obtém a madeira a partir das seguintes alternativas:

### **O Reflorestamento em terras próprias**

A CELUCAT trabalha de forma integrada verticalmente desde a produção florestal até a confecção de embalagens e envelopes, com um detalhe: em alguns casos, aproveitando as ondas de reengenharia que invadiram a indústria nacional no início da década de 90, a empresa entregou para terceiros algumas funções dentro das atividades principais, preservando-se o direito de controle, monitoramento e definição de padrões de qualidade ao abastecimento dos produtos e ou insumos resultantes da atividade. Ou seja, desintegrou verticalmente algumas atividades não consideradas fundamentais para seu processo.

Neste contexto, a produção das sementes e das mudas, o plantio, o manejo e a extração da floresta são feitos por empresas independentes, que obedecem às normas definidas pela CELUCAT.

---

\* Mestre em Economia Industrial pela UFSC e Professora da UNIPLAC/Lages.

\*\* Professor do Departamento de Economia e Programa de Mestrado em Economia/UFSC.

Nesta sistemática, a CELUCAT desintegrou verticalmente os serviços inerentes à produção florestal, mantendo para si a responsabilidade pelo controle dos processos, de tal forma que o resultado corresponda às suas necessidades. Mesmo desintegrando os serviços, a produção florestal continua integrada verticalmente à estrutura da empresa, pois o produto resultante não precisa ser adquirido no mercado, ele já é de propriedade da empresa.

De acordo com dados obtidos na empresa, quase a totalidade da área reflorestada pela CELUCAT está em terras próprias (96% do total no ano de 1996), tendo caído significativamente o volume de reflorestamento em terras arrendadas: de 9% da área total em 1991, para 4% em 1998.

### **O Reflorestamento em terras arrendadas**

Hoje, o acordo feito num arrendamento prevê que o dono da terra ceda o terreno em troca de 30% da floresta que for produzida. Para que a produção ocorra, a CELUCAT leva toda sua estrutura para trabalhar nas terras arrendadas. Ou seja, todas as empresas que ela contrata para trabalhar em terras de sua propriedade são deslocadas para trabalhar nas terras arrendadas. E aí são válidos os mesmos tipos de controle e fiscalização utilizados na produção própria. A diferença então entre produção em terras próprias e em arrendamentos é a imobilização do capital: enquanto na produção própria há necessidade de imobilizar-se capital na forma de terras, no arrendamento isso não se faz necessário.

Em qualquer um dos casos de arrendamento, o proprietário das terras começará a ter rendimentos sobre o arrendamento no momento em que se iniciarem os desbastes e que estes possam ser aproveitados pela papeleira, significando pelo menos oito anos de espera pelo rendimento da concessão das terras. Por isso, na região, a produção florestal é entendida como uma poupança para retorno a longo prazo.

A CELUCAT tem pensado em alternativas para aumentar o interesse pelo arrendamento de terras para produção florestal. Uma delas é a ampliação do percentual da produção que irá pertencer ao dono das terras. Porém, para isso seria necessário verificar a que raio da fábrica seria viável mudar os percentuais do contrato, de tal forma que a redução no custo de transporte compensasse a redução de recebimento de madeira pela empresa foco da pesquisa.

Outra forma interessante seria o procedimento que a Igaras tem para com o arrendamento. Sobre a projeção de produção do maciço florestal, faz pagamentos mensais ao arrendatário até a floresta ser abatida. Isso garante renda ao longo de todo o tempo necessário para que as árvores estejam prontas para a extração do maciço, gerando maior interesse pelo arrendamento de terras à produção florestal.

A busca por alternativas que aumentem o interesse pelo arrendamento se justifica no momento em que se observa a queda no número de contratos de arrendamento feitos nos últimos anos, de 8 em 1969 para apenas 1 contrato firmado em 1998.

De qualquer forma, a produção nesta forma de arrendamento não permite que se crie a cooperação que deveria surgir de desverticalização de atividades produtivas, pois o dono das terras não se envolve com o processo produtivo, apenas “colhe” os

frutos da produção. Toda a atividade necessária à produção florestal é executada pela empresa foco, da pesquisa, através dos prestadores de serviço contratados. Os cuidados com a qualidade são os mesmos praticados nas florestas próprias, uma vez que a atividade é executada dentro das mesmas especificações técnicas e sobre o mesmo tipo de monitoramento.

Uma outra vantagem consiste na eliminação da necessidade de mobilização de capital em terras para a produção florestal. Porém, o relacionamento com o fornecedor, nesta sistemática, não passa das relações comerciais. Para que haja alguma mudança neste sentido, ter-se-á que rever o processo de produção nos arrendamentos, buscando envolver o dono das terras na responsabilidade sobre o processo produtivo. Neste caso chegar-se-ia próximo da proposta que a empresa tem para mudanças no sistema de fomento.

### **O Reflorestamento por fomento**

Atualmente, a atividade de fomento da produção florestal é feito pela CELUCAT em convênio com a Empresa de Pesquisa Agropecuária (EPAGRI) local. A EPAGRI lista os produtores interessados em iniciar a atividade florestal em suas propriedades, treina-os nas técnicas de plantio, manuseio e extração e a CELUCAT fornece as mudas para o reflorestamento. A produção obtida não fica vinculada à empresa, podendo o produtor comercializá-la no mercado, de acordo com seus interesses, entre serrarias, laminadoras, ou outras papeleiras.

A CELUCAT quer recriar o processo através do seu maior envolvimento com o mesmo. Esse novo fomento contaria com o fornecimento, pela CELUCAT, da técnica, mudas, formicida e herbicida, além do apoio às decisões que implicam a viabilidade econômica do maciço florestal que será criado. Nestas decisões, incluem-se o fim a que a madeira se destina, facilitação do manejo e preparação do próprio reflorestamento para retirada das árvores, além de incentivar a produção em áreas maiores do que as que são reflorestadas, hoje, via fomento. A empresa pensa em utilizar esta forma de incentivo ao reflorestamento para áreas próximas a ela, para redução do custo de transporte.

Nesta nova sistemática o produtor ficaria comprometido a entregar entre 20 a 30% da produção para a papeleira. Pagamento este que poderia ser feito tanto com o material resultante dos desbastes quanto com o material que não interessa para as serrarias.

### **O Aproveitamento de resíduos**

A empresa foco da pesquisa efetiva o aproveitamento de resíduos adquirindo das serrarias da região a “costaneira” ainda com casca e aproveita este material para produção de energia elétrica e vapor, queimando-o nas caldeiras de força.

Porém, este material é a parte mais nobre da tora para a produção de celulose, pois é composto da fibra mais velha que a árvore conseguiu produzir enquanto esteve plantada. No entanto, para que seja aproveitada na produção de celulose precisa

receber tratamento específico, qual seja, ter a casca retirada antes do corte e ser transformada em cavacos de tamanho específico antes de entrar na papelreira.

Para tentar resolver este problema e futuramente ampliar o consumo de resíduos de serrarias, a CELUCAT reativou uma serraria existente nas dependências da fábrica em Correia Pinto, com o único objetivo de aproveitar para produção de celulose apenas a parte da madeira que tem qualidade para produzir um bom papel e vender no mercado a parte da madeira que não interessa à papelreira, mas tem um ótimo valor comercial.

Com isso, hoje a empresa tem transformado as toras, que lhe são fornecidas nas diversas formas de obtenção de matéria-prima e que seriam comercializadas com as serrarias sem beneficiamento, em blocos de madeira que chegam a ser vendidos a R\$ 65,00 (sessenta e cinco reais) a tonelada. As toras quando chegam à serraria já estão descascadas e o processo de corte das costaneiras já as transformam em cavacos do mesmo padrão daqueles utilizados no processo de produção de celulose. O cavaco oriundo deste processo origina uma celulose de qualidade maior que irá possibilitar a produção de papel também com qualidade maior, principalmente no que se refere à resistência. O motivo de uma melhor qualidade da celulose fabricada a partir das costaneiras está diretamente ligada à idade das fibras (mais velhas na parte exterior do tronco). Além disso, a composição química da madeira nesta região é diferente de toras mais novas, oferecendo melhor aproveitamento dentro da fábrica, inclusive quanto a resíduos químicos.

A mão-de-obra utilizada na serraria é totalmente terceirizada. A CELUCAT limita-se a dar os parâmetros desejados para a atividade e controlar se o produto entregue está dentro destes parâmetros. O material transformado e vendido é de propriedade da empresa, cabendo à empresa contratada a remuneração pelas atividades executadas.

### **Contrato com fornecedores e aquisições no mercado**

Além das formas de obtenção de matéria-prima descritas até agora (produção própria, fomento, arrendamento e aproveitamento de resíduos), a CELUCAT também se utiliza da aquisição de matéria-prima por contrato com fornecedores. Aqui se está referenciando mais especificamente um contrato existente com uma empresa de reflorestamento independente conhecida como SEIVA, com a qual a CELUCAT tem contrato há mais de 10 anos. Este contrato é utilizado para equilibrar os montantes extraídos das florestas próprias ou arrendadas e que não servem para uso como celulose. Desta forma, o material que tem uso em serrarias é vendido e adquire-se da SEIVA a madeira que esta não consegue vender para as serrarias, mas que tem uso na fabricação de celulose.

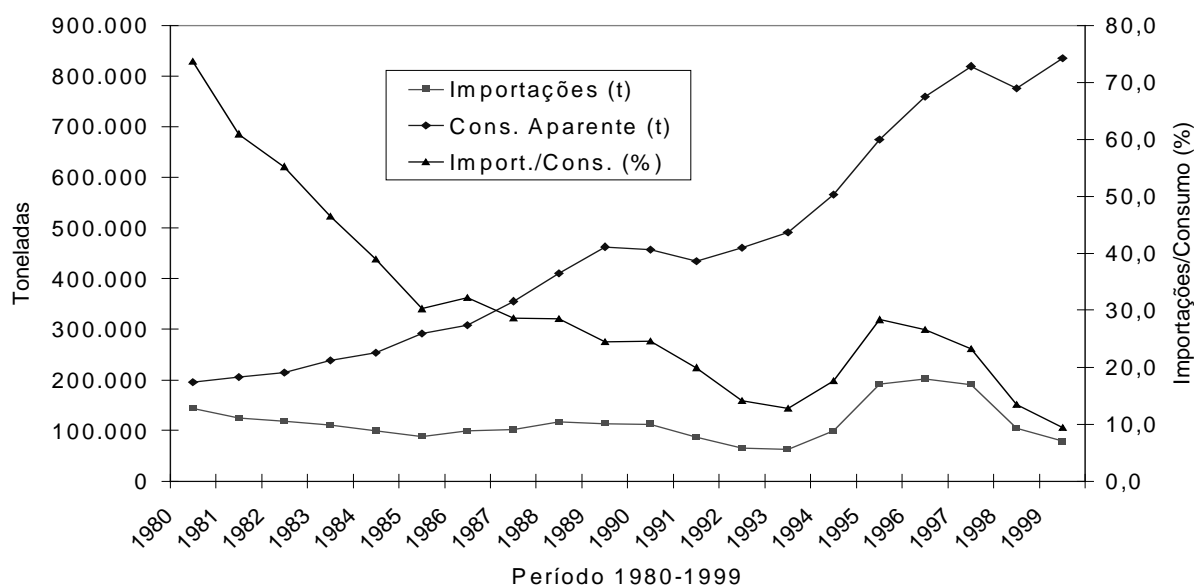
Uma última forma de obtenção de matéria-prima seria a aquisição, no mercado, de toras de pinus ofertadas por outros produtores independentes. Neste caso a empresa sujeita-se às leis de oferta e procura, pagando mais quando a madeira está escassa e menos quando há excedente de oferta.

# Mercado Brasileiro de Maçã e Características da Produção no Estado de Santa Catarina

*Flávio José Simioni\**  
*Laércio Barbosa Pereira\*\**

O objetivo neste artigo é analisar o comportamento das importações e exportações da maçã no mercado brasileiro e as características produtivas de Santa Catarina, historicamente, maior produtor nacional e que respondia, em 1999, por 53% da produção brasileira. As importações em relação ao consumo apresentam queda contínua, uma vez que esta vem sendo substituída gradativamente pela produção nacional. A exceção ocorreu, fundamentalmente, nos dois anos pós-Plano Real, nos quais houve reversão do comportamento de queda, elevando-se as quantidades importadas (Gráfico 1).

Gráfico 1 - Consumo aparente (t), importações (t) e participação das importações sobre o consumo aparente (%) de maçã no Brasil, no período entre 1980 e 1999.



FONTE: ABPM, ICEPA, DECEX/SECEX. Dados trabalhados pelos autores.

O significativo crescimento da produção e a boa aceitação das variedades nacionais consolidaram a queda das importações. Estas, que representavam, em 1980, mais de 73% do consumo interno, reduziram sua participação em 60%, atingindo em 1993, apenas cerca de 13% do abastecimento interno. À medida que o consumo aparente foi crescendo ao longo dos anos, esse foi sendo suprido cada vez mais pela produção

\* Professor do Departamento de Ciências Exatas e Tecnológicas/UNIPLAC. Mestre em Economia. E-mail: simioni@uniplac.rct-sc.br

\*\* Professor do Departamento de Economia e Programa de Mestrado em Economia/UFSC. Doutor em Economia. E-mail: laercio@cse.ufsc.br

nacional, o que significa que as importações assumem o caráter de oferta complementar.

A partir de 1994, mais especificamente após a implantação do Plano Real, elevou-se o consumo de maçã, graças a redução das perdas salariais, especialmente dos menores salários, embutida no Plano, o que levou a uma reversão da tendência no quadro das importações. Essas foram mais significativas nos dois primeiros anos da estabilização econômica, apresentando, após esse período, novas e significativas reduções.

Por um lado, a produção brasileira de maçã passou por grande transição, ou seja, de uma fase de protecionismo, crédito subsidiado, estímulos fiscais, ou seja, de forte participação do Estado para outra, na qual, o Estado perdeu este papel e imprimiu um intenso processo de abertura comercial, desregulamentação, formação do Mercosul e, no pós 1994, estabilização ancorada no câmbio valorizado e altas taxas de juros reais, estimulando, assim, as importações. Por outro lado, o crescimento muito acentuado do consumo aparente, em especial no pós-Plano Real, o que significa que as importações cresceram, fundamentalmente, pela incapacidade da produção nacional responder de forma rápida ao crescimento da demanda.

A Argentina tem sido o principal fornecedor de maçã para o Brasil, responsável por cerca de 70% do volume importado na maior parte dos anos. A principal variedade é a *Red Delicious* de coloração vermelha intensa, seguida da *Granny Smith*. Nos últimos anos, cresceu a participação da maçã proveniente do Chile e dos Estados Unidos.

As exportações brasileiras de maçãs iniciaram-se em meados dos anos 80, viabilizadas através de um pool de exportação. Essas se viabilizaram devido ao crescimento da produção interna, qualidade da fruta (sabor) bem aceita pelo consumidor externo e pelo preço atrativo. As quantidades somente alcançaram um volume mais significativo a partir do início dos anos 90, atingindo, em 1993, cerca de 6% da produção nacional (Gráfico 2). Entretanto, com o aumento do consumo interno por ocasião da implantação do Plano Real em 1994, reduziram-se significativamente as quantidades exportadas nos dois anos subseqüentes. Após esse período, as exportações retomaram seu crescimento.

Em relação à participação varietal, mais de 75% das exportações tem sido da variedade *Gala*, principalmente das seleções *Royal* e *Imperial*. A variedade *Fuji* tem dificuldade de se impor com volumes mais significativos, devido à concentração das vendas na Europa, onde é considerada muito doce. As novas variedades como a *Braeburn* e *Pink Lady* têm se mostrado bem aceitas, representando um bom potencial de crescimento.

Faveret Filho *et al.* (1999) ressaltam que a oferta de transporte e comercialização para frutas é insuficiente e cara e, portanto, a logística não se desenvolve porque a escala é pequena. As deficiências de serviços de logística são apontadas por diversos autores como um dos fatores que limitam a competitividade das exportações brasileiras de frutas em geral. Nesse sentido, a falta de coordenação deste segmento da cadeia necessita de intervenções do setor privado e público que possibilitem a

constituição de sistemas eficientes de comercialização que garantam um melhor desempenho exportador.

Gráfico 2 - Evolução das quantidades de maçã brasileira exportadas (t) e proporção das quantidades exportadas em relação à produção (%), para o período 1986 a 1999.



FONTE: ABPM, ICEPA, DECEX/SECEX. Dados trabalhados pelos autores.

### Características Recentes da Produção Catarinense

A produção brasileira de maçã concentra-se, basicamente, na região Sul do país, onde os Estados de Santa Catarina e Rio Grande do Sul respondem por cerca de 95% da produção nacional. Essa produção é realizada, fundamentalmente, por três tipos básicos de produtores: pequenos, médios e grandes (empresas integradas verticalmente). Na Tabela 1, apresenta-se a estratificação relativa ao número de produtores, área colhida e produção por grupo de área de colheita para o Estado de Santa Catarina.

A análise dos dados permite observar mudanças profundas em curso no segmento da produção de maçãs, com destaque para os seguintes aspectos:

1. observou-se no grupo de pequenos produtores detentores de pomares com menos de 1 ha, uma grande redução tanto do número quanto em sua produção total;
2. a produção cresceu na proporção do crescimento dos pomares ou dos grupos de áreas, o que significa que, para a base técnica utilizada, os ganhos de escala foram importantes;
3. o crescimento da área colhida ocorreu proporcionalmente ao tamanho dos pomares e o crescimento da produção ocorreu de forma bem mais acentuada que o das áreas dos pomares, o que significa que o aumento da produção esteve associado, fundamentalmente, aos ganhos tecnológicos e de escala;
4. dentro das novas condições competitivas e das novas bases técnicas de produção utilizadas, impostas, fundamentalmente, pelas políticas institucionais, abertura comercial, formação do Mercosul e pelos avanços tecnológicos da cadeia, os pequenos foram sendo excluídos do processo produtivo, pois, não



podendo obter satisfatórios ganhos de produtividade não puderam fazer frente à grande redução nos preços da maçã (Simioni *et al.*, 2001);

5. no outro extremo, considerando os produtores com pomares acima de 100 ha, observou-se em Santa Catarina, uma redução de 23 para 15 e sua participação, no total da produção do Estado, aumentou de 52,4% para 70,5%, no período analisado. Ou seja, apenas 15 produtores (0,7% do total em 1995) responderam por 70,5% da produção estadual de maçã.

Tabela 1 - Produtores, área colhida (ha) e produção obtida (t) por grupos de área da colheita de maçã do Estado de Santa Catarina, nos anos de 1985 e 1995/96.

GRUPOS DE ÁREA DE COLHEITA (ha)	NÚMERO DE PRODUTORES <sup>1)</sup>			ÁREA COLHIDA (ha)			PRODUÇÃO COLHIDA (t) <sup>2)</sup>		
	1985	1995/96	Var. %	1985	1995/96	Var. %	1985	1995/96	Var. %
Menos de 1	3.658	1.284	- 64,9	180	111	- 38,3	2.197	1.693	- 22,9
1  ---- 2	236	253	7,2	291	325	11,7	4.030	4.984	23,7
2  ---- 5	272	345	26,8	814	979	20,3	10.138	13.889	37,0
5  ---- 10	106	141	33,0	705	916	29,9	9.208	15.221	65,3
10  ---- 50	102	135	32,4	1.840	2.388	29,8	26.611	46.584	75,1
50  ---- 100	9	11	22,2	581	782	34,6	8.293	15.485	86,7
100 e mais	23	15	- 34,8	3.820	7.847	105,4	66.467	234.405	252,7
<b>TOTAL</b>	<b>4.406</b>	<b>2.184</b>	<b>- 50,4</b>	<b>8.234</b>	<b>13.348</b>	<b>62,1</b>	<b>126.942</b>	<b>332.260</b>	<b>162,7</b>

Fonte: FIBGE, Censos Agropecuários, 1985 e 1995/96 (elaboração dos autores).

Notas: 1) A produção obtida foi convertida em toneladas na proporção de 6 frutos/kg.

O conjunto de informações acima permite afirmar que se encontram em curso na pomicultura brasileira e, em especial em Santa Catarina, um intenso processo de concentração e exclusão, significando que a atividade vem deixando de ser alternativa para os pequenos produtores. Neste aspecto, alguns mecanismos poderiam ser adotados para a viabilização da produção familiar, uma vez que essa representa um importante papel, fundamentalmente, na formação da renda e criação de empregos. Ações como a disponibilidade de crédito direcionado, o estímulo à criação de cooperativas ou associações poderiam tornar a pequena produção viável e contribuir para fixação do homem no campo e melhorar o bem-estar social.

## Bibliografia

- ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DOS PRODUTORES DE MAÇÃ (ABPM). Disponível em: <<http://www.abpm.org.br/informacoes.htm>> Acesso em: 12 abr. 2001.
- FAVERET FILHO, P., ORMOND, J.G. P., PAULA, S. R. L. de. Fruticultura brasileira: a busca de um modelo exportador. *BNDES Setorial*, Rio de Janeiro, n.9, p. 191-226, mar. 1999.
- FIBGE Censos Agropecuários 1985 e 1995/96.
- SIMIONI, Flavio; PEREIRA, Laércio Barbosa. Dinamismo na produção brasileira de maçã. In: CONGRESSO BRASILEIRO DE ECONOMIA E SOCIOLOGIA RURAL, 39; 2001, Anais... Recife, 2001.

# A Relocalização Geográfica da Produção de Leite no Brasil e no Estado de Santa Catarina

Oswaldo Vieira dos Santos\*  
Laércio Barbosa Pereira\*\*  
Lauro Mattei\*\*\*

A produção de leite brasileira passou por importantes alterações nos anos 90. A abertura comercial e a desregulamentação do mercado colocaram o produtor diante de um cenário de aumento da pressão competitiva, obrigando-o a introduzir uma série de modificações no processo produtivo para fazer frente às novas demandas. No entanto, parte dessas mudanças implicou em maior especialização e, conseqüentemente, em relocalização geográfica da produção, excluindo um grande número de pequenos produtores que não conseguiu aumentar suas escalas de produção.

Tabela 1 – Volume (milhões/l), taxas de crescimento anuais (%) para o período 1988-1997 e produtividade (l/vaca/ano) segundo as regiões brasileiras - 1988/1997.

Região	Volume (1997)		Taxas de Crescimento Anuais (%)			Produtividade (l/vaca/ano)	
	(milhões/litros)	(%)	Produção	N.º de Vacas	Produtividade	1988	1997
Norte	810	4,0	6.90	0.81 <sup>ns</sup>	6.50	376	725
Nordeste	2.084	10,4	0.99 <sup>ns</sup>	-0.69 <sup>ns</sup>	1.76	509	602
Sudeste	8.823	44,0	2.72	-3.43 <sup>ns</sup>	7.00	878	1.917
Sul	5.078	25,3	4.79	-0.36 <sup>ns</sup>	5.30	1.134	2.036
C. Oeste	3.292	16,3	7.20	-1.11 <sup>ns</sup>	8.70	488	1.169
Brasil	20.087	100,0	3.74	-1.62 <sup>ns</sup>	5.70	745	1.353

Fonte: Produção Pecuária Municipal, IBGE, FNP Consultoria e Comércio (dados calculados pelos autores).

Notas: 1) Os dados foram transformados em médias móveis trianuais, ou seja, o dado de 1888 = (1987 +1988 + 1989)/3 e assim sucessivamente;

2) O modelo econométrico usado para estimar  $b_1$  (taxas de crescimento) é dado por:

$$y_i = b_0 \cdot e^{b_1 t} \cdot u_i \text{ onde:}$$

$y_i$  = índice das médias do crescimento do volume de leite, do número de vacas ordenhadas e da produtividade.

$b_0$  = constante;  $b_1$  = taxa de crescimento percentual anual;  $t_i$  = tempo em anos; e  $u_i$  = erro aleatório.

3) ns = estatisticamente não significativo a 5%.

\* Eng. Agr. da EPAGRI-SC, Mestre em Economia. E-mail: osvaldo@epagri.rct-sc.br

\*\* Prof. do Departamento de Economia e do Programa de Mestrado em Economia/UFSC. Doutor em Economia. E-mail: laercio@cse.ufsc.br

\*\*\* Prof. RD pelo CNPq junto ao Departamento de Economia e ao Programa de Mestrado em Economia/UFSC. E-mail:mattei@cse.ufsc.br

O aumento da produção brasileira de leite, decorrente fundamentalmente dos ganhos de produtividade, apresenta um comportamento bem diferenciado nas grandes regiões do país, conforme pode ser observado na Tabela 1.

Os dados agregados regionalmente mostram que, em termos da produção, ocorrem algumas situações distintas, com destaque para:

- a) do ponto de vista da produção, nota-se uma convergência produtiva entre as regiões Sul, Sudeste, Norte e Centro-Oeste, com destaque para as regiões Norte e Centro-Oeste que apresentaram as maiores taxas anuais de crescimento (6,9% e 7,2%, respectivamente). Já as regiões Sul e Sudeste (maiores produtoras em nível nacional) apresentaram taxas de crescimento menores, o que significa um processo de realocação geográfica da produção em direção às duas regiões (Centro-Oeste e Norte) que apresentaram os maiores crescimentos da produção;
- b) a Região Nordeste deteve o pior desempenho produtivo do país, com taxas de crescimento anuais da produção de apenas 0,99% ao ano, não significativo aos níveis considerados. Isso indica que esta Região não vem reagindo adequadamente às mudanças que caracterizam o novo ambiente competitivo;
- c) do ponto de vista da produtividade, as informações da Tabela 1 revelam que na Região Centro-Oeste encontra-se o melhor desempenho do país, com taxas anuais de crescimento de 8,7%. Esse bom desempenho da atividade da pecuária leiteira é seguido de perto pela Região Sudeste, cujas taxas se situam ao redor de 7% ao ano. Porém, se considerarmos o fato de que nesta última região encontram-se as maiores taxas de reduções do número de vacas ordenhadas, pode-se afirmar, com uma boa margem de segurança, que no Sudeste localiza-se a maior especialização da pecuária leiteira brasileira.

Em relação ao Estado de Santa Catarina, verifica-se o mesmo fenômeno de realocação geográfica da produção leiteira, conforme pode ser observado na Tabela 2. As maiores bacias leiteiras estão nas Mesorregiões Oeste e Vale do Itajaí. Entretanto, nota-se que as regiões do Vale do Itajaí e Serrana, apresentam uma tendência à estagnação da produção, com taxas anuais de crescimento praticamente nulas (0,27% e 0,19%, respectivamente).

Por outro lado, constata-se uma expansão da produção de leite para as regiões Oeste e Sul do Estado, as quais apresentaram as maiores taxas de crescimento da produção no período considerado. No caso da Região Oeste, porém, esse crescimento é explicado, fundamentalmente, pelas altas taxas de expansão do rebanho. Esse processo fez com que essa região passasse a responder por cerca de 55% do total de leite produzido em Santa Catarina (Tabela 2).

Ainda em relação ao Oeste, há uma tradição histórica dos produtores em combinar atividades agrícolas com atividades pecuárias, no sentido de ampliar o nível de renda

familiar. Por outro lado, a pecuária de leite tende a ocupar espaço preferencial como atividade compensatória para aquele segmento de produtores que foi excluído do tradicional sistema de integração dos complexos agroindustriais, em especial, do complexo carnes (Testa *et al.*, 1996).

Ressalta-se que estes fatos evidenciam especificidades importantes na produção leiteira da região Oeste que necessitam ser melhor compreendidos no contexto estadual.

Tabela 2 – Volume (milhões/l), taxas de crescimento anuais (%) para o período 1988-1996 e produtividade em 1988 e 1996 (l/vaca/ano), segundo as regiões do Estado de Santa Catarina.

Regiões	Volume		Taxas de Crescimento Anuais (%)			Produtividade (l/vaca/ano)	
	(milhões/l)	(%)	Produção	N.º de Vacas	Produtividade	1988	1996
Oeste	473,01	55,5	6.60	4.27	2.41	1.304	1.630
Norte	76,57	9,0	2.58	0.63 <sup>ns</sup>	2.44 <sup>ns</sup>	1.208	1.651
Serrana	51,61	6,0	0.19 <sup>ns</sup>	-2.32	2.73	751	966
Vale do Itajaí	145,14	17,0	0.27	-0.92 <sup>ns</sup>	1.45 <sup>ns</sup>	1.299	1.528
Grande Fpolis	24,66	3,0	-3.59 <sup>ns</sup>	-4.17	0.72	1.240	1.339
Sul	81,18	9,5	6.30	1.21 <sup>ns</sup>	5.30	871	1.402
<b>Sta. Catarina</b>	<b>852,17</b>	<b>100,0</b>	<b>3.78</b>	<b>1.36<sup>ns</sup></b>	<b>2.64</b>	1.172	1.514

Fonte: PPM, IBGE (dados calculados pelos autores).

Obs.: veja notas da tabela 1.

Do ponto de vista da produtividade, o destaque fica por conta da Região Sul, que apresentou as maiores taxas anuais de crescimento. Deve-se destacar também a Região Serrana, que teve uma elevação da produtividade em decorrência de uma forte diminuição do plantel. Isso evidencia que está ocorrendo, nessa região, uma especialização da produção leiteira, cuja característica principal se dá pela substituição da pecuária mista, criada extensivamente, por uma pecuária mais voltada à produção de leite. Porém, diferentemente da média das outras regiões do Estado, apresenta o mais baixo nível de produtividade (966 l/v/a).

Em resumo, para o Brasil, os dados agregados revelaram uma tendência de crescimento da produção global do país. As taxas de crescimento anuais da produção, para o período entre 1987 a 1998, foram da ordem de 3,74%, com destaque para a Região Centro-Oeste que apresentou o melhor desempenho (7,20% ao ano). Isto está associado, fundamentalmente, ao forte crescimento das taxas de produtividade para o período considerado. Entretanto, convém alertar que, apesar desse crescimento, o Brasil continua, ainda, figurando entre os países com os piores desempenhos setoriais, tendo em vista a sua baixa produtividade.

Do ponto de vista da localização geográfica da produção, observam-se importantes mudanças, tanto no país como no estado de Santa Catarina. A dinâmica da produção

de leite nas diferentes regiões brasileiras reflete um movimento de realocação produtiva em direção às regiões Centro-Oeste e Norte, as quais ampliaram bastante suas participações na produção bruta nacional.

No caso de Santa Catarina, este processo se manifesta de forma bem intensa, com as mesorregiões Oeste e Sul do Estado assumindo a dinâmica produtiva, enquanto que regiões tradicionais, como é o caso das regiões Serrana e Vale o Itajaí, mantêm suas produções estagnadas. Essa realocação da produção transformou o Oeste Catarinense no principal pólo produtor com cerca de 55% do total do leite produzido no Estado.

## **Bibliografia**

- FIBGE. *Censo Agropecuário de Santa Catarina, 1985*. Rio de Janeiro: IBGE, 1991.
- FIBGE. *Censo Agropecuário de Santa Catarina, 1995/96*. Rio de Janeiro: IBGE, 1997.
- SANTOS, Osvaldo Vieira *et al.* Características recentes da produção de leite no estado de Santa Catarina. In: CONGRESSO BRASILEIRO DE ECONOMIA E SOCIOLOGIA RURAL, 39; 2001, Anais... Recife, 2001.
- TESTA, V. M. *et al.* *O desenvolvimento sustentável do Oeste Catarinense (proposta para discussão)*. Florianópolis: EPAGRI, 1996. 247 p.

.....

Este boletim é uma publicação do Departamento de Ciências Econômicas da Universidade Federal de Santa Catarina.

As idéias e opiniões expressas nos artigos são de responsabilidade exclusiva dos autores. Comentários e contribuições, com preferência para os que tenham a economia catarinense como objeto, podem ser enviados para: Boletim "Atualidade Econômica", Departamento de Ciências Econômicas - UFSC, Campus Universitário, 88049-970 Florianópolis SC. Tel.: (48) 331-9458. Fax: (48) 331-9776, e-mail [depcnm@cse.ufsc.br](mailto:depcnm@cse.ufsc.br).

Conselho Editorial e Técnico: *Profs. Hoyêdo Nunes Lins, José Antônio Nicolau, João R. Sanson (coord.editorial), Nildo Domingos Ouriques e Roberto Meurer,*

Secretaria: *Flori Vieira dos Santos e Roberto Carlos Alves*

Revisão de português: Vicente V.de Bona Sartor

Apoio: Chefia do Departamento de Ciências Econômicas – UFSC